



*Eu sou
Liberdade e Luta, eu sou
eu vou lutar, eu vou
e ninguém vai me segurar
nem a PM, nem a Civil
derrubar a burguesia
no mundo e no Brasil*



LIBERDADE e LUTA

www.liberdadeeluta.org
facebook.com/SouLiberdadeELuta
e-mail: contato@liberdadeeluta.org

NOSSA LUTA CONTRA A LEI DA MORDAÇA

(PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO)



**LIBERDADE
e LUTA**



**CADERNOS DE FORMAÇÃO
DA LIBERDADE E LUTA**

A LUTA CONTRA A LEI DA MORDAÇA
Outubro de 2016

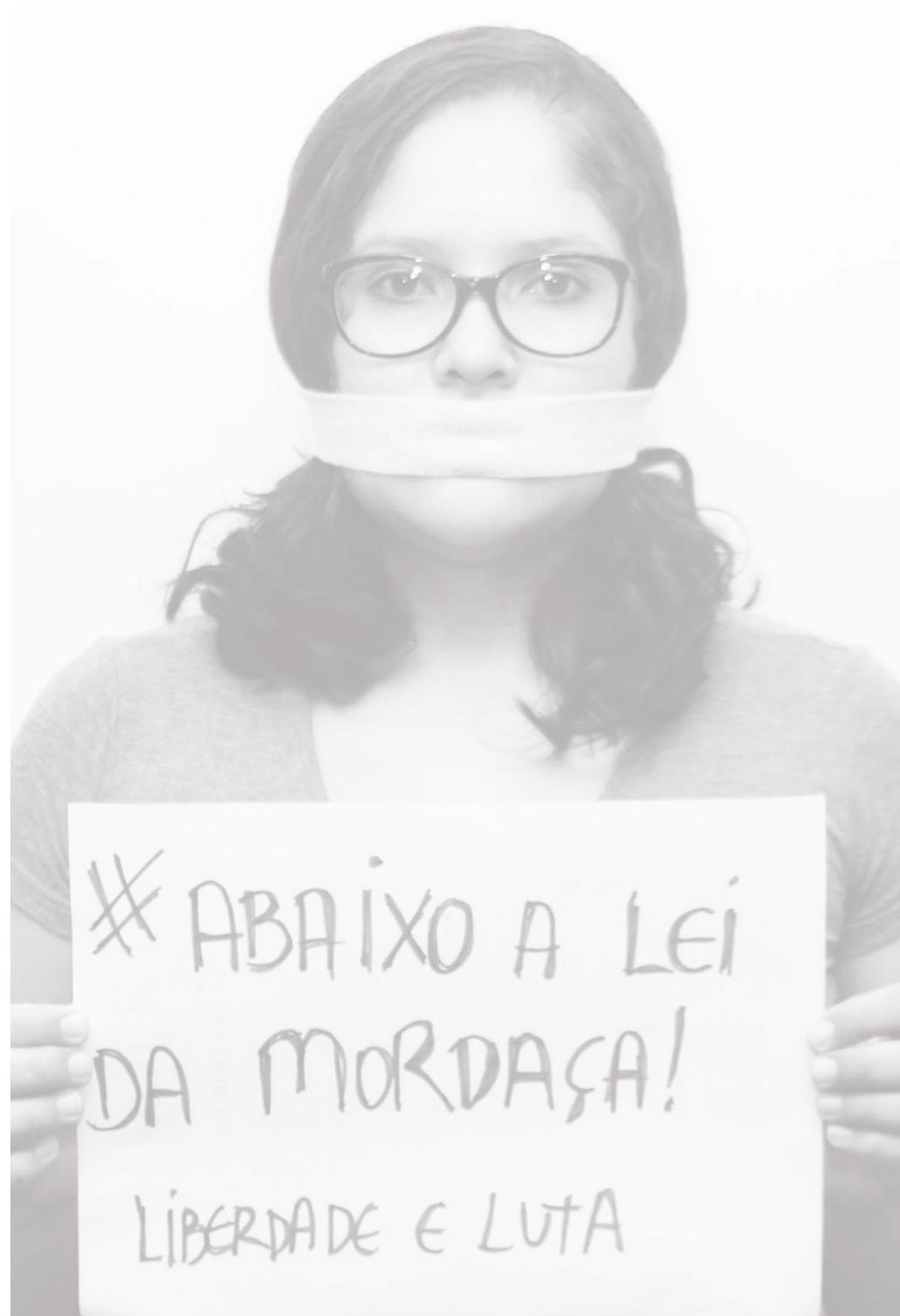
Textos:

Maritania Camargo, Evandro Colzani,
Pedro Henrique Correa, Johannes Halter e Mell Pecóis

Diagramação:

Evandro Colzani

Produzido pela Comissão de Agitação & Propaganda
da Liberdade e Luta





da cidade ainda esse ano. Mas a luta não pode parar e nenhum conchavo pode contemplar as esperanças por uma "educação libertadora". Tomamos esse dia como vitorioso, apesar do acordo, afinal, foram três meses de intenso trabalho para consegui-lo, e deu aos militantes, tempo para respirar e organizar a luta novamente.

Toda essa batalha acabou por impulsionar a luta em outros lugares do Brasil. Campo Grande serviu de exemplo para iniciar uma campanha nacional, com moções de repúdio assinadas por vários militantes e organizações, com abaixo-assinados direcionados à Câmara dos Vereadores e ao Congresso, atos nacionais e debates. A Liberdade e Luta, desde o começo, mobilizou essa campanha e compõe inclusive a recém fundada Frente Nacional contra o Projeto Escola Sem Partido.

Uma Frente contra a Lei da Mordça foi organizada também em Campo Grande, e pretende chegar a nível estadual, para oficializar o trabalho que já vinha sendo feito e não permitir que este se disperse. A lição mais valiosa que aprendemos esse ano é que apenas com muita organização e unidade conseguiremos barrar esses ataques, e isso vale para todo país. A Frente tem por intuito aproximar os estudantes e professores da luta, para que no futuro, possamos enfrentar lado a lado não apenas este disparate, mas também os que estão por vir. As investidas capitalistas contra a classe trabalhadora e a juventude a cada dia são mais severas e a necessidade de construir alternativas de luta para enfrentá-las é urgente nesse momento.

A Liberdade e Luta nasceu com esse intuito e participa ativamente da mobilização contra o projeto Escola Sem Partido. Sabemos que nem todas as batalhas serão ganhas neste sistema. O Estado faz seu papel de "conciliador", mas, a cada dia fica mais difícil esconder as contradições do projeto de sociedade que as Câmaras, Assembléias e o Congresso burgueses nos apresentam. Não vamos esperar calados! Convidamos a todos os que querem construir uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária, uma sociedade socialista, a juntarem-se a nós. A luta contra a Lei da Mordça também é luta de classes!

18 de agosto de 2016

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO04

**A LEI DA MORDÇA.
O SIGNIFICADO HISTÓRICO E NOSSO COMBATE**05

Maritania Camargo e Evandro Colzani

**LEI DA MORDÇA, UMA EXPRESSÃO DA
BARBARIE CAPITALISTA** 13

Johannes Halter

**ATO NACIONAL LANÇA LIBERDADE E LUTA
E IMPULSIONA CAMPANHA CONTRA A LEI DA
MORDÇA** 15

Liberdade e Luta

**LEI DA MORDÇA: REAÇÃO AO MOVIMENTO
REBELDE DA JUVENTUDE** 17

Pedro Henrique Corrêa

**UM RELATO SOBRE
COMO VENCER A LEI DA MORDÇA**20

Mell Pecóis





O projeto Lei da Mordança, criado em 2004 pela ONG Escola Sem Partido (ESP), surgiu para combater a suposta ideologização realizada por professores de esquerda nas salas de aula. Ela ganhou espaço a partir do desenvolvimento da crise mundial do capitalismo e, principalmente, após as Jornadas de Junho de 2013. Atualmente é debatida no Congresso Nacional e em quase todas as assembleias legislativas do país.

Se a crise orgânica no capital explica a “popularidade” da lei, ao mesmo tempo também é responsável pela sua criação. Os defensores do projeto são os elementos que formam a escória da política brasileira, que não se incomodam em jogar no lixo a própria democracia burguesa para combater a classe operária e a juventude que desperta para a luta.

Mas é necessário expor também um outro fator que contribuiu com o surgimento dessa lei. Nos últimos anos, os livros didáticos começaram a apresentar todos os “avanços” dos governos Lula/Dilma. Nesses livros, ideias reacionárias como racismo e o multiculturalismo começaram a ser defendidos. De acordo com alguns materiais, não houveram privatizações durante o governo do PT e não explica-se que as “concessões” de rodovias, portos, aeroportos, hidrelétricas são exatamente isso. Não é possível concordar com as posições absurdas da ESP, mas é inegável que nesses livros existem mentiras que tentam justificar anos de política reformista do PT.

Os textos que estão na brochura lançada agora foram desenvolvidos por militantes da Liberdade e Luta e seus apoiadores no calor da batalha contra essa ONG e seu projeto retrógrado. Iniciamos uma campanha nacional em março deste ano contra a Lei da Mordança logo após a aprovação da mesma na Câmara de Vereadores de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Esse material é fruto de um esforço para explicar as terríveis consequências desse projeto e mostrar que é possível derrotá-lo, como fizemos em Campo Grande.

A Lei da Mordança é um ataque contra a juventude e contra os trabalhadores. É um fruto da barbárie capitalista e não traz nenhum benefício para a educação. Nossa palavra de ordem permanecerá firme até o dia em que derrotarmos esse projeto: Abaixo a Lei da Mordança!

desse mesmo ato chegaram a comparar a Lei da Mordança com uma nova tentativa de implantação do AI-5, o que mostra claramente o espírito combatente da manifestação e quem era o inimigo a enfrentar.

Durante todo o mês de abril e maio, várias ações foram organizadas, desde panfletagens nas ruas e no portão das escolas e universidades, até a entrega de documentos de repúdio à Lei da Mordança para o prefeito, pedindo que o PL fosse vetado. Os sindicatos envolvidos estavam dispostos a ir ao Judiciário declarar inconstitucionalidade a tal projeto. Os vereadores que votaram contra o projeto articulavam na Câmara e os diversos movimentos sociais travavam a luta extraparlamentar nas ruas, praças, promovendo debates e movimentando as redes sociais. Com toda essa pressão, o prefeito vetou o projeto no dia 27 de abril, na mesma semana que deputados de Alagoas derrubaram o veto do governador, promulgando a Lei da Mordança naquele estado.



A unidade de organizações tão plurais da capital, todos em defesa da educação e das liberdades democráticas conquistadas com tanto suor e sangue pela organização dos trabalhadores, foram a chave para que conquistássemos pelo menos o veto. Mas não era o suficiente para barrar essa lei infame. A situação não era confiável da Câmara e vários vereadores ainda não haviam se posicionado. Os sindicatos e docentes mais uma vez intervieram e chamaram uma reunião com os vereadores com o objetivo de argumentar em defesa do veto. A segunda votação estaria polarizada ideologicamente, sendo a maioria dos vereadores defensores das causas patronais. Eles procuraram assegurar um meio termo sobre a questão. A partir dali, as sessões no plenário da Câmara passaram a ficar lotadas por manifestantes contra e a favor da Lei da Mordança, se houvesse qualquer suspeita de que ela fosse votada novamente na surdina.

Mas apenas em 9 de junho a votação aconteceu. Mais de 500 pessoas acompanharam à votação, a maioria contra o PL. As redes sociais tiveram papel importante para mobilizar tanta gente. O veto foi mantido, mas em caráter de acordo feito entre o presidente da Câmara, quatro vereadores a favor da lei e quatro contra, que prometeram voltar com o projeto em um segundo momento, o qual “contemplará os dois lados”. Como se isso fosse possível! Sabemos que por motivos de interesse eleitoral a Lei da Mordança talvez não aterrorize os sonhos dos professores e estudantes



UM RELATO SOBRE COMO VENCER a Lei da MORDAÇA

MELL PECÓIS

Desde o fim do ano passado, em novembro, o projeto Escola Sem Partido (ESP) vem ganhando repercussão nacional quando fora apresentado na Assembléia Legislativa de Alagoas. A partir de sua fundação, em 2004, a ONG recebeu atenção da escória política como Flávio Bolsonaro no Rio de Janeiro e Marcel Van Hattem no Rio Grande do Sul. Em Campo Grande (MS) o projeto foi apresentado pelo vereador Paulo Siufi (PMDB) e aprovado em regime de urgência em 31 de março, ou seja, sem nenhum diálogo com a população ou tempo hábil de articulação de movimentos sociais.

Na mesma semana, no dia 3 de abril, foi organizado um ato histórico no centro da cidade, que reuniu diversas organizações, partidos, sindicatos, professores e alunos, que além de mostrar sua indignação contra a já apelidada justamente de Lei da Mordança, encaminharam os próximos passos do que poderia ser feito para pressionar o prefeito a vetar esse projeto, e os vereadores a manter o veto. A mobilização foi tamanha que foi formada uma frente única para barrar o avanço do PL, o que acabou denunciando a Lei da Mordança em outras partes do país, onde até então não se conhecia.

A criação de um bloco dos movimentos de esquerda na cidade foi fundamental para levar adiante toda essa mobilização. Desde o principio notou-se que além de um ataque à educação, que mesmo de forma limitada permite ainda discutir gênero e política em salas de aula, era um ataque à liberdade de expressão e ao direito de organização da juventude e dos trabalhadores, ou seja, um ataque à própria esquerda. Manifestantes

A Lei da MORDAÇA. O SIGNIFICADO HISTÓRICO DO NOSSO COMBATE

MARITÂNIA CAMARGO E EVANDRO COLZANI



“Dormia ainda D. Quixote, quando o cura pediu à sobrinha a chave do quarto em que estavam os livros ocasionadores do prejuízo; e ela lhe a deu de muito boavontade. Entraram todos, e com eles a ama; e acharam mais de cem grossos e grandes volumes, bem encadernados, e outros pequenos. A ama, assim que deu com os olhos neles, saiu muito à pressa do aposento, e voltou logo com uma tigela de água-benta e um hissope, e disse: — Tome Vossa Mercê, senhor licenciado, regue esta casa toda com água-benta, não ande por aí algum encantador, dos muitos que moram por estes livros, e nos encante a nós, em troca do que nós lhes queremos fazer a eles desterrando-os do mundo. Riu-se da simplicidade da ama o licenciado, e disse para o barbeiro que lhe fosse dando os livros um a um, para ver de que tratavam, pois alguns poderia haver que não merecessem castigo de fogo. — Nada, nada — disse a sobrinha; — não se deve perdoar a nenhum; todos concorreram para o mal. O melhor será atirá-los todos juntos pelas janelas ao pátio, empilhá-los em meda, e pegar-lhes fogo; e se não, carregaremos com eles para mais longito da casa, para nos não vir molestar o fumo incomodará.”

O trecho acima faz parte da obra D. Quixote publicada em 1605. Já nessa época o escritor Cervantes, homem muito à frente de seu tempo no olhar sobre o mundo, já satirizava a ideia que foi mantida durante séculos sobre a censura à informação. Mais de quatro séculos se passaram, mas as classes dominantes continuam querendo queimar nossos livros e apagar nossa história.

No mês de abril desvendou-se o véu que circundava as instituições políticas brasileiras. De um lado vimos o Congresso Nacional podre, com um discurso inflamado, hipócrita, de que representam o povo, por outro,

o aparecimento de projetos de leis que retiram direitos concretos dos trabalhadores, como é o caso da liberdade de expressão.

Os “representantes do povo”, numa tentativa brutal de calar todas as vozes destoantes desse circo nacional, tentam limitar a liberdade de expressão nas escolas e, por consequência, nos sindicatos e no movimento estudantil. Tais ações são sustentadas pela Organização Não Governamental (ONG) “Escola Sem Partido” (ESP) e levadas adiante por parlamentares em todos os níveis da federação. Calar as vozes e apagar a história é o objetivo central de projetos de lei como o 8.242/2016 da cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, apelidado de Lei da Mordação. Um projeto com o mesmo teor foi aprovado em Alagoas. Curioso observar que Alagoas tem o maior índice de analfabetismo do país e a preocupação dos parlamentares é em limitar a liberdade de expressão dos professores.

Tais medidas não são um raio em céu azul. Numa rápida consulta à história é possível saber que em momentos onde as instituições políticas estiveram tão desmoralizadas, como é a atual situação do Brasil, os rumos da história foram mudados por aqueles que realmente a fazem. Portanto, a tentativa dessas medidas é de controlar ao máximo o acesso ao conhecimento. Assim fica mais fácil manipular a história, controlar o povo trabalhador e a juventude.

A aprovação dessas leis é um retrocesso de centenas de anos, é a privação ao acesso à história da humanidade, é a tentativa de condenar toda uma geração. Por isso, é preciso entender o significado dessas ações e combatê-las.

Um pouco de história

O sistema educacional brasileiro é o que restou da educação francesa. Em 1881 e 1882 a Assembleia Nacional francesa aprovava as leis republicanas que iriam dar fundamento a grande parte dos sistemas educacionais republicanos pelo mundo. Esse sistema estava fundamentado em três pilares, a gratuidade, a



enquanto instituição. “Queremos continuar tendo onde e como estudar”, gritavam os estudantes. A juventude é sincera: ela quer aprender, quer melhores condições de vida. Os jovens das instituições estatais não aguentam mais ser forçados para transformarem-se em massa desqualificada para o mercado, tão pouco aguentam mais não sentir prazer no estudo e no trabalho. Estão todos cansados de tantos “nãos”.

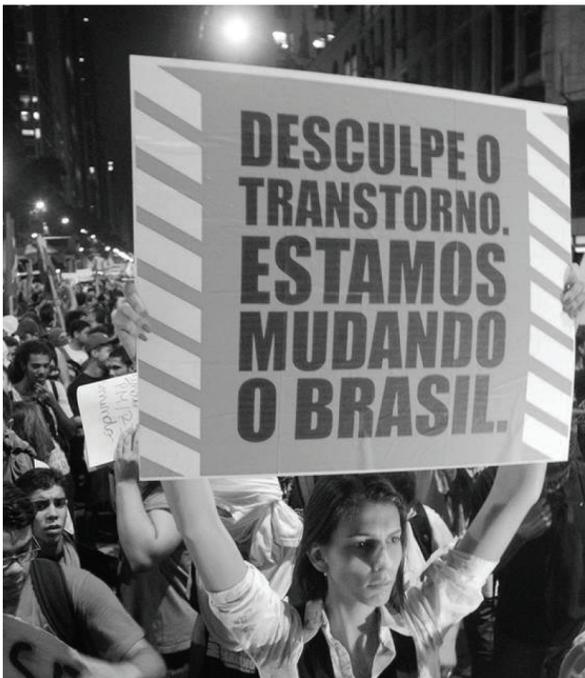
As reivindicações, portanto, chocaram-se com uma impossibilidade. A mudança necessária não poderia ser atingida no capitalismo, e isso foi sentido na carne, no dia-a-dia. Muitos estudantes tornaram-se anticapitalistas no período de ocupações, o que enfureceu – e com razão – os movimentos da direita política, que sabem que o sistema tradicional de ensino regular estatal em pleno funcionamento transforma a massa de estudantes filhos de trabalhadores no que eles desejam: força de trabalho barata desqualificada para o mercado.

Mas não foi apenas a educação estatal que se manifestou. Instituições privadas e alunos das instituições privadas também estão se movimentando, sejam aqueles que demonstraram solidariedade com as ocupações, quanto aqueles que hoje travam a luta contra a proposta parlamentar da Lei da Mordação. Entre instituições públicas e privadas de ensino, uma coisa é consenso: a Lei da Mordação é uma afronta às liberdades democráticas de livre expressão e organização, onde alguns alunos e professores estariam autorizados a virarem espões não oficiais de uma censura oficial centralizada no Estado.

Os alunos passaram a saber que o que reivindicavam era uma utopia dentro do capitalismo. Mas continuaram, combateram, acreditaram pelo próprio movimento que essa utopia pode ser realidade. E tornou-se. Não pelo atendimento das reivindicações, mas pela construção de um movimento estudantil solidário e combativo, com alto poder de mobilização. Mantiveram-se rebeldes contra às imposições do Capital. A solidariedade dentro do movimento de ocupação e os desdobramentos para além das escolas mostrou que essa força extraparlamentar de uma maioria poderia enfrentar todo o aparato repressivo de uma minoria que goza do atual estado de coisas.

As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil foram um importante ponto de rearticulação dos movimentos de massa. Além de mostrar que é possível um movimento de massas extraparlamentar eficiente, a atual reação vinda dos poderes políticos de dentro e de fora do Estado mostra didaticamente a maneira certa de destruir o Capital.

As lutas da educação por liberdades democráticas vêm sendo didáticas para toda a sociedade, mostrando a razão da existência do Estado e a impossibilidade de realizar com ele o futuro que queremos. O objetivo do Estado é: defender a existência de relações desiguais e hierarquias impostas em todos os setores da sociedade, desde o mais simples posto de trabalho, passando pela educação, pela saúde, até chegar nas grandes empresas e bancos, garantindo-os o lugar de domínio sob toda a sociedade.



seu principal sustentáculo o Estado e sua Constituição, ambos construídos como sustentação à sua reprodução. Os representantes da burguesia apenas cumprem seu dever com o Capital ao proporem leis desse tipo. Já os oportunistas, que falam em nome dos trabalhadores e da juventude, impedem a alternativa radical de mudança.

Nos últimos anos os movimentos ligados à educação têm gerado grandes protestos de massa, como os vistos nas diversas greves de professores e na ocupação de escolas secundaristas. A educação escolheu de forma coerente sua via prioritária: a extraparlamentar. Viram que a política tradicional não daria

conta de suas demandas, e mais: que as matariam. Portanto, as reivindicações de professores e alunos, da maneira que vêm se organizando no Brasil, contém a semente antissistema, anticapitalista. Políticos oportunistas tentaram cooptar o movimento, e certamente conseguiram conquistar algumas lideranças. Mas o movimento como um todo parece indomável.

Na verdade, a luta fora do Estado foi a alternativa que restou para a educação, já que a crise do capitalismo está impedindo que verbas e investimentos possam ser feitos na estrutura educacional das instituições. A descrença na Constituição e no Estado é causada porque hoje a situação é de calamidade pública não declarada. Faltam desde professores até estruturas básicas como alimentação, material didático, cadeiras, mesas, transporte para se chegar nas escolas. Até o fornecimento de luz e água foram interrompidos em muitas escolas.

Pensaram que o fim das ocupações em São Paulo esvaziaria o movimento, mas não foi isso que aconteceu. Alguns meses depois, todo o Brasil foi tomado por uma corrente de mobilizações e ocupações, principalmente no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

Cada colégio apresentou suas reivindicações, suas pautas, sua própria forma de se organizar para exigir do Estado uma estrutura básica de funcionamento. A exigência não era a de um novo modelo educacional – reivindicação legítima e necessária –, por mais que isso possa ter sido pautado por uma vanguarda mais consciente dentro das escolas. A luta principal foi a luta pela existência

obrigatoriedade e a laicidade.

Com olhos na tão recente Comuna de Paris (1871), os parlamentares franceses foram obrigados a garantir que as classes desprovidas tivessem acesso ao conhecimento. A ideia de que outro mundo era possível estava latente nos jovens e trabalhadores. Não havia condições de esconder que o acesso a todos era realizável. Diante disso, a França abre caminho ao modelo republicano de educação que conhecemos hoje.

O Brasil, de forma muito atrasada, também registrou esses três pilares na recente democratização do país, na Constituição de 1988. Também ressaltou, no artigo 206, a “liberdade de aprender, ensinar e pesquisar” como um dos nossos fundamentos.

No entanto, antes de se solidificar nossa história já sofreu duros golpes. Nem bem a nova Constituição era aprovada, a grande burguesia internacional já mirava a educação brasileira no intuito de torná-la um filé de lucro aos empresários do setor. Assim, o final do século 20 e a primeira década do século 21 foram marcados por um aumento nunca visto do ensino particular, pelo sucateamento total das escolas públicas, por achatamento dos salários e pela destruição das condições de trabalho dos professores de norte a sul. Ou seja, houve a precarização total do público em benefício do privado.

A resistência

Tanto os professores como os estudantes não se deram por vencidos e são hoje uma das maiores e mais combativas forças do país.

Os professores e os jovens têm uma história de luta riquíssima. Apenas nas últimas décadas foram ponto fundamental nas manifestações que pediam eleições diretas, Fora Collor, Piso Nacional do Magistério, obrigatoriedade do Ensino Médio, entre outras centenas. Em 2015 e 2016 já são muitos os registros. Vimos uma das maiores greves da história no estado do Paraná, uma vitória exemplar dos estudantes de São Paulo com a ocupação de escolas e, neste momento, vemos o levante dos professores e da juventude nas escolas do Rio de Janeiro.

Essa força causa medo nas instituições estabelecidas. O Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores reagem, trazendo à tona a mais cruel de suas faces com a tentativa de cercar a liberdade de expressão, calar os oprimidos e, acima de tudo, apagar a história.

Com uma variação linguística para todos os gostos, o objetivo central dos projetos que tramitam em diversos estados e municípios é proibir que professores e estudantes tenham acesso à história. Querem apagar as grandes lutas feitas pela juventude e pelos professores em todo o mundo. Isso é o que as classes dominantes mais temem.

Os projetos

Os projetos que tramitam nas Câmaras Municipais, Assembleias Estaduais e Congresso Nacional têm como base a censura. Seus textos variam e utilizam frases como: “o professor deve ser imparcial”, “o professor não pode discutir religião” e “o professor não pode ter tendência partidária”.

O projeto modelo apresentado pela ESP, no Artigo 3º explica quais são os deveres do professor:

III - [o professor] não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

VI - [o professor] não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

A ESP quer calar o professor em sala, ao exigir essa “neutralidade”, e quer calar qualquer um que queira se manifestar no mesmo espaço. Por exemplo, o grêmio estudantil da escola ou sindicato dos professores.

Afinal, de que forma é possível ensinar história, literatura, biologia, geografia e mesmo as ciências exatas sem apontar os erros, os acertos, os absurdos, as diferenças em cada época vivida? O que esses parlamentares, que possuem partidos e ideologias, querem com esses projetos? Essa é uma atrocidade e um retrocesso. Deve ser combatida com força, organização e luta.

Vejamos alguns exemplos do que significa “imparcialidade” com o conhecimento e o que os professores teriam que evitar dizer:

- *Que a ditadura militar no Brasil foi orquestrada pelo imperialismo norte-americano e matou milhares de jovens e trabalhadores.*
- *Que na Idade Média quem lia e discordava dos algozes era queimado em praça pública pela Igreja e pela coroa.*
- *Que na Grécia antiga havia outras crenças e outros deuses.*

Deveres do professor

1

O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

2

O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

3

O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

4

Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

5

O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

6

O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

Lei da MORDAÇA: REAÇÃO AO MOVIMENTO REBELDE DA JUVENTUDE

PEDRO HENRIQUE CORRÊA

A proposta de supressão da liberdade de expressão na sala de aula chamada “Lei da Mordaca” mostra como, quando necessário, o Estado vai agir mesmo que isso signifique tirar sua máscara de “democrático”. Contanto que atinja seu objetivo de preservação da ordem social, não evitará medidas repressivas. O



movimento extraparlamentar dos secundaristas em torno das escolas ocupadas, ou seja, organizado por fora dos poderes políticos tradicionais, mostrou que ainda é possível organizar uma força política com poder de mudança que esteja fora dos poderes legislativos e executivos – parlamento e governo.

O mais evidente é que esse movimento deixou a classe dominante vivendo com medo (pois ainda não chegou a hora dela morrer de medo): medo de que essa fagulha se transforme em uma chama que incendeie o país em um movimento que ocupe todos os espaços, como empresas, famílias, escolas, universidades, ruas. A burguesia não quer deixar que descubram que é fora do Estado que a luta da maioria oferece melhores resultados. Partidos que se autodeclararam “progressistas” e da “classe trabalhadora” usarão a tática oportunista de transformar a luta contra a Lei da Mordaca que ganhou força por sua forma extraparlamentar, em uma luta restrita ao Estado, no âmbito da lei e do direito burguês.

A Lei da Mordaca não é apenas um projeto de “loucos” ou “políticos conservadores” que lutam contra “políticos progressistas”. Tal maniqueísmo até as crianças hoje têm dificuldade de engolir. Em sua radicalidade, a lei representa no contexto brasileiro o interesse do Capital aplicado como pressão aos políticos burgueses, liderados pelo PMDB. Do Capital contra qualquer alternativa de transformação que não passe por onde ele tem mais vantagem – o Estado. O Capital é uma força extraparlamentar por excelência que tem como

de intervenção de cada um. Caio contribuiu alertando que a burguesia é capaz de atacar as liberdades democráticas em determinados momentos para preservar o regime da propriedade privada dos grandes meios de produção, relacionando isso com a necessidade da burguesia de impor que o ambiente escolar seja mero espaço de reprodução da ideologia dominante. Alexandre apresentou as formas judiciais de ataques criadas pela ESP, falou sobre a inconstitucionalidade da lei e, ao mesmo tempo, explicitou que a luta dos estudantes e professores não deve se prender a questões legais, que a Lei da Mordça precisa ser derrubada nas ruas. Por fim, Mayara tratou de relatar os desdobramentos da luta contra a mordça em Joinville, cidade onde a vereadora Pastora Leia (PSD) impulsiona o projeto da ESP. Ela explicou que em Joinville, o Deputado Rogério Marinho, criador do PL que criminaliza o professor que ‘ideologiza’ seus alunos, participará de um debate para defender a ESP na cidade. A Liberdade e Luta está organizando a juventude joinvilense para mostrar para o deputado que os estudantes, pais e professores não querem que essa lei seja aprovada.

O ponto alto do ato foi o momento em que os representantes dos núcleos da LL, contatos e simpatizantes relataram suas experiências e lutas realizadas desde janeiro, mês de fundação da LL, até o momento. Eles serviram para mostrar que a LL está nas ruas e nas lutas que acontecem pelo país. Alguns membros falaram sobre os combates contra a Lei da Mordça, outros que participaram de lutas pelo Fora Temer e o Congresso Nacional, que participaram dos atos contra o machismo e o capitalismo, atuaram nas ocupações de escolas, etc. O ânimo estava presente em cada informe e contagiou todos os presentes.

O ato concluiu apresentações culturais e com homenagem aos professores assassinados em Oaxaca, México, pela polícia de Peña Nieto. A nossa luta é internacional e sabemos que as motivações da polícia assassina mexicana são as mesmas da PM no Brasil: proteger a propriedade privada a qualquer custo, mesmo que seja com a vida dos trabalhadores que lutam.

Combater a Lei da Mordça, a Escola Sem Partido e lutar para construir um novo mundo, livre da exploração capitalista, são as lições tiradas dessa importante atividade que lançou a Liberdade e Luta.

A Liberdade é nossa meta, a luta é nosso método!

27 de junho de 2016

- Que os índios habitam o Brasil há milênios e não são grandes proprietários de terras como algumas 100 famílias de latifundiários do país.

- Que a escravidão já foi lei e que o Brasil foi o último país a acabar com essa barbárie.

- Que o Nazismo foi um dos maiores massacres que a humanidade já viu.

- Que Darwin existiu.

- Que o mapa do continente africano tem linhas retas, pois foi dividido artificialmente por países que o exploram até hoje.

- Que a história da arte e da literatura está intrinsecamente ligada às mudanças econômicas, políticas e sociais da humanidade.

- Que a Igreja obrigou Galileu a negar a teoria de que a Terra não era o centro do universo.

- Que os jovens e trabalhadores têm força para derrubar o Congresso Nacional.

- Que os maiores avanços de nossos direitos vêm de grandes revoluções.

- Que o direito de escolha sexual e religiosa é privado e não diz respeito aos governantes.

Que os governos e parlamentos atuais não nos representam e que nós podemos mudar o sistema. Talvez, eles tenham razão, é preciso limitar o conhecimento dos jovens. Do contrário, os dias dos parlamentares, bem como dos burgueses que os financiam, estão contados.

O que é a ONG Escola Sem Partido?

A ESP é a ONG que impulsiona a Lei da Mordça no país. Ela primeiramente criou um anteprojeto de lei, em versões para municípios e estados (veja aqui). Esse anteprojeto foi apresentado nas Assembleias Legislativas do Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Ceará, Distrito Federal e Rio Grande do Sul e nas Câmaras de Vereadores de Joinville (SC), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Toledo (PR), Vitória da Conquista (BA), Cachoeiro de Itapemirim (ES), Foz do Iguaçu (PR) e Santa Cruz do Monte Castelo (PR). Sendo que nesta última cidade e no estado de Alagoas o projeto já foi aprovado.

Em sua página web, a ESP afirma se inspirar no “trabalho bem sucedido” do No Indoctrination, um site criado pela americana Luann Wright ao descobrir que o seu filho teria que escrever artigos sobre o racismo de brancos contra os negros. Wright acreditava que o professor do seu filho deveria tratar apenas de ensinar ele a escrever e não se aproveitar de sua posição para tratar de crenças pessoais em sala de aula. A solução encontrada por Wright foi fundar uma espécie de fórum, noindoctrination.org, para permitir que denúncias de pessoas que se sentissem afetadas pelas crenças de seus professores pudessem ser realizadas nesse espaço.

A ESP vai além. A ONG se apoia na ideia de que a esquerda se beneficia



ATO NACIONAL LANÇA LIBERDADE E LUTA E IMPULSIONA CAMPANHA CONTRA A LEI DA MORDAÇA

LIBERDADE E LUTA

do seu espaço nas salas de aula para impor suas ideologias sobre os estudantes que são “audiência cativa” para esses professores. Para eles, essas ideias ameaçam destruir os “valores” da sociedade brasileira. O coordenador da ESP, Miguel Nagib, acredita que os professores não podem ter liberdade de expressão no exercício de sua função e chega ao absurdo de afirmar que os professores que exprimem suas ideias deveriam ser considerados criminosos.

Nagib conta com o apoio dos tipos mais atrasados da política brasileira. Por exemplo, o deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN), que apresentou o projeto de lei 1.411/2015, propondo “a criminalização do assédio ideológico”. O PL prevê penas de até um ano de prisão para professores que recriminarem estudantes por questões ideológicas. Outro deputado, Izalci Ferreira, também do PSDB, apresentou o PL 867/2015, que foi apensado ao PL 7.180/2014 e é uma espécie de versão nacional da Lei da Mordça. No Rio Grande Sul, o anteprojeto foi apresentado pelo deputado estadual do PP, Marcel Van Hattem, fundador Movimento Brasil Livre.

Nagibi, Wright, Marinho, Hattem e Izalci são tão hipócritas que não se consideram “ideólogos”.

Os livros didáticos também são alvos da ESP por “espalharem as ideias comunistas” nas escolas, como se tudo fizesse parte de uma grande conspiração vermelha, que envolve, inclusive, o governo venezuelano.

Para a ESP, a esquerda é quem mais se beneficia da suposta “ideologização” imposta pelos professores que se aproveitam da sua posição para “fazer a cabeça” dos estudantes. Quando, na verdade, serão as classes dominantes as beneficiadas pelo silêncio do professor, grêmios e sindicatos em sala. A Lei da Mordça não quer evitar uma possível ideologização, ela quer evitar que a ideologia dominante seja questionada.

A ONG acusa um professor do Paraná, que fez greve no ano passado, foi violentamente reprimido pela Polícia Militar a mando de Beto Richa e, depois, fez uma prova onde manifestava posição contrária ao governador

O Ato Nacional da Liberdade e Luta Contra a Lei da Mordça aconteceu no dia 25 de junho na Associação dos Professores da PUC-SP (Apropuc) e contou com a presença de jovens vindos de diversos estados. O clima de ânimo marcou a atividade que debateu a Lei da Mordça e definiu os próximos passos para combater os projetos da ONG Escola Sem Partido (ESP).

A fala inicial, do ativista Evandro Colzani, apresentou o significado dessa infame lei que representa um ataque às liberdades democráticas. A Escola Sem Partido foi fundada em 2004, mas o seu projeto só foi ganhar ‘audiência’ após mudanças na conjuntura nacional e mundial, que passam pela crise mundial iniciada em 2008, mas, principalmente, pelas Jornadas de Junho de 2013. É preciso compreender o período que se inicia no mundo, de revolução e contrarrevolução, onde a burguesia, para salvar o capitalismo, busca atacar o conjunto da juventude e da classe trabalhadora.

Após informe inicial, Caio Dezorzi, da Esquerda Marxista, Alexandre Mandl, advogado da Fábrica Ocupada Flaskô e Mayara Colzani, militante da LL em Joinville-SC, realizaram falas relacionadas a área



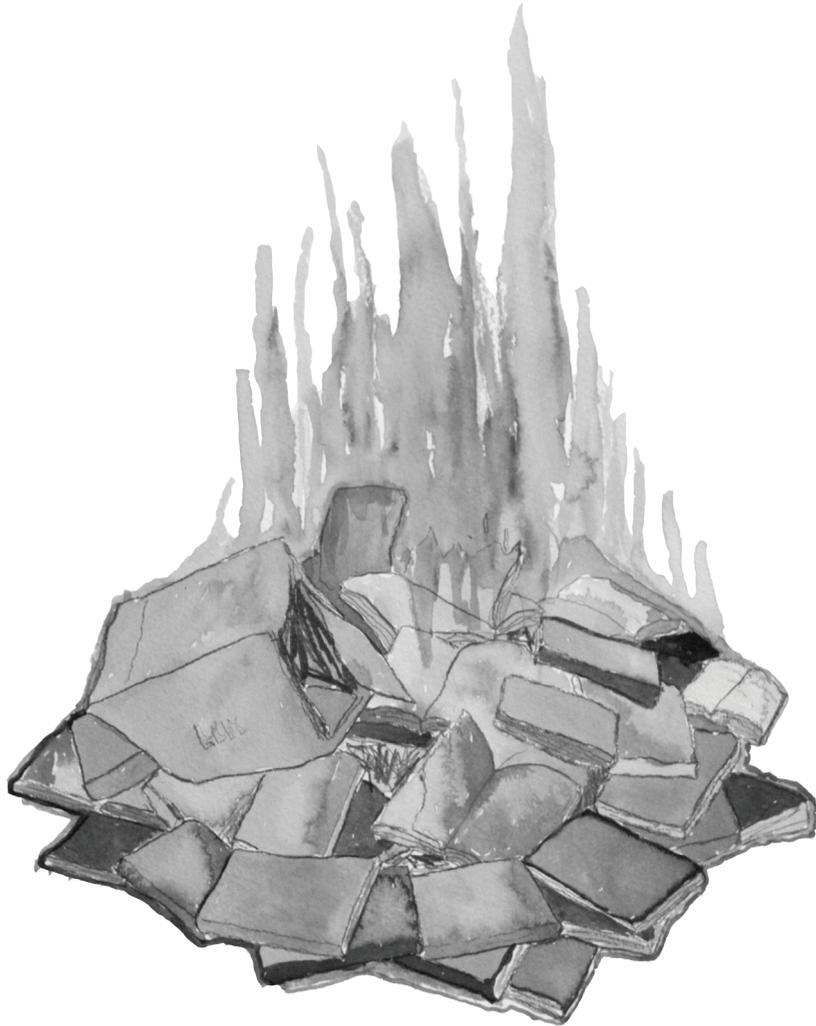
do PMDB. Porém, não faz uma crítica ao governo Richa, que atacava a previdência dos professores naquele mesmo ano e que usou a polícia para calar os mesmos.

A audiência pública fundamentada por Olavo de Carvalho

No dia 24 de março de 2015, a pedido do deputado Izalci Ferreira, uma audiência pública foi realizada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados com o tema: Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas.

Participaram da audiência: Manuel Palácios (Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação), Celso da Costa Franches (Associação Nacional dos Centros Universitários - Anaceu), Braulio Porto De Matos (professor de sociologia do Departamento de Educação da Universidade de Brasília - UnB), Luiz Lopes Diniz Filho (professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR), professora Ana Caroline Campagnolo, Trajano Sousa De Melo (promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, do Ministério Público), Amábile Pácios (presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares - Fenep) e Miguel Nagib (coordenador do Movimento Escola Sem Partido).

Não é difícil de imaginar o nível desse debate, que buscou apenas dar visibilidade ao projeto de Nagib. É preciso entender as ideias que fundamentam esse projeto. Os presentes na audiência podem servir para ilustrá-las.



A presidente da Fenep, Amábile Pácios, representa a iniciativa privada e teme que qualquer professor tenha ideias de esquerda, que se filie ao sindicato etc. O professor de sociologia da UnB, Bráulio Porto de Matos, é amigo e cita Olavo de Carvalho para dar “peso” a seus argumentos. A “educadora” Ana Caroline Campagnolo tem seu discurso exaltado, hoje, por Jair Bolsonaro e Rodrigo Constantino.

Todos eles confirmam que as ideias marxistas são transmitidas nas salas de aula e precisam ser combatidas. Com exceção de Manuel Palácios, todos usam o reacionário Olavo de Carvalho para sustentar seus argumentos e/ou fazem citações do “filósofo”.

Além disso, Luiz Lopes, Bráulio Porto, Ana Campagnolo e Nagib, escrevem artigos, possuem espaço no Instituto Millenium, que é bancado pela Gerdau, Globo, Abril, Banco Pactual, Banco BBM, Banco CSFB, Grupo Ultra, Petropar, Odebrecht, JP Morgan, etc., com um fundo gerido pelo ex-ministro do governo FHC, Arminio Fraga.

Devemos combater a Escola Sem Partido

A Escola Sem Partido possuiu uma ideologia, um partido, ela tem lado. Não quer proteger nossos filhos. Ela é formada e sustentada pelos elementos mais podres que existem na nossa sociedade. Seus defensores são lixos humanos que tremem diante da ideia de uma revolução socialista. Estão dispostos a calar nossos professores, a impedir que o estudante tenha acesso ao conhecimento pleno, a qualquer coisa para evitar que a maioria desperte e lute contra a minoria.

Esse é o centro da questão, a função da escola é socializar o conhecimento. Proibir leituras, proibir a livre discussão é retroceder à Idade Média, à inquisição.

Não recuaremos um milímetro. Defendemos uma escola pública, gratuita e laica, em que professores e um estudantee tenham liberdade de expressão e o direito à divergência. Que em cada lugar onde esses atrasados tentem cercear nossos direitos estejamos em pé e prontos para derrotá-los.

Convocamos todos os professores, jovens, pais a engajarem-se na luta por uma escola livre, onde o conhecimento seja uma busca permanente, onde nenhuma pessoa será discriminada por sua opção ideológica, religiosa ou sexual. Onde possamos divergir e aprender uns com os outros e com a história. Por uma escola onde possamos dizer que este mundo de opressão e exploração precisa ser transformado, onde o conhecimento não seja visto como um ato de rebeldia, mas, sim, como um direito de todos.

09 de maio de 2016

Lei da MORDAÇA, uma EXPRESSÃO da BARBÁRIE CAPITALISTA

JOHANNES HALTER

O conhecimento é uma fonte de poder, implicando sempre em disputas pelo seu controle. Esse elemento relaciona os incêndios da Biblioteca de Alexandria, a Santa Inquisição, a queima nazista de livros, a censura da Ditadura Militar e agora a Lei da Mordaça. Como em toda sociedade de classes sociais, a concentração da informação nas mãos de poucos, ou sua própria destruição, tem uma relação direta com o estágio de determinado regime social.

A pena de Karl Marx propôs que nenhum regime social desaparece antes de desenvolver suas forças produtivas até seu máximo. Um novo somente pode aparecer caso existam as condições econômicas necessárias. Contudo, isso não significa uma marcha triunfal da sociedade histórica, que Leon Trotsky definiu como uma organização coletiva de homens que tem como objetivo o crescimento de seu poder sobre a natureza.

Embora a burguesia esteja condenada à morte de um ponto de vista histórico, isso não significa que deixará o palco da vida. Em sua agonia pela sobrevivência, que gera a destruição das forças de produção, ela reuniu em suas mãos o exército, a polícia, a ciência, a escola, a igreja, o parlamento e a imprensa para dizer que irá resistir até o último sopro e, se possível, levará a sociedade ao descabro.

Surgida como expressão desse curso reacionário, a Lei da Mordaça resulta da tentativa de retroceder o poder dos homens sobre a natureza, de limitar a livre expressão do ser humano. Assim como as castas sacerdotais Suméria e Católica tratavam a escrita como um segredo zelosamente protegido, também os agentes sociais da barbárie buscam criar um fosso entre o conhecimento e os filhos do proletariado.

Em uma escala universal, observamos que a humanidade não se desenvolve em uma linha reta de progresso. Pelo contrário, pode alcançar um pico de evolução e, em seguida, mergulhar em séculos de barbárie. A barbárie capitalista já começou e se aprofunda. A Lei da Mordaça consiste uma de suas manifestações. Sua derrota final depende da capacidade da classe operária e de seus aliados em destronar a burguesia e trazer à luz seu plano comunista de regime social.

15 de junho de 2016